

# METAS INTERNACIONAIS E PLANOS NACIONAIS: O SISTEMA DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE TAIWAN (REPÚBLICA DA CHINA)<sup>1</sup>

Yu Ching Chang<sup>2</sup>

A presente pesquisa focaliza os princípios que orientam a política educacional para a infância em documentos representativos de política educacional de Taiwan, na transição do século XX para o século XXI. A partir da década de 1990, o governo de Taiwan desenvolve ações visando melhorar a educação infantil. Esse nível de ensino passa a ser de responsabilidade da educação, as discussões se voltam para as necessidades do cuidar e do educar. Considerando a especificidade da política chinesa, questionamos se as mudanças na organização da educação para infância atendem as recomendações internacionais. O objetivo foi apreender as repercussões de recomendações internacionais para a educação infantil, na correspondente política nacional de Taiwan no final do século XX. Para tanto, optou-se pela pesquisa bibliográfica e documental. São fontes de estudo a legislação da educação de Taiwan, em língua original e as recomendações internacionais. Concluímos que, a República Chinesa passou por uma série de reformas que visaram a modernização e a educação infantil foi reconhecida como fator primordial, na contribuição para a ocorrência deste desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Educação infantil. Taiwan. Política Internacional.

## Introdução

Este artigo tem como objetivo apreender as repercussões das recomendações internacionais para a educação da infância, na correspondente política nacional de Taiwan no final do século XX. Para dar conta do proposto focalizamos os princípios que orientam a política educacional para a infância em documentos representativos de política educacional de Taiwan, na transição do século XX para o século XXI. Sabendo que a história da China se confunde com Taiwan o cuidado aqui foi com a escolha das fontes, selecionamos a legislação de Taiwan que trata da infância e da educação dessa fase da vida. A leitura dessas fontes se deu no original, com tradução nossa no corpo do trabalho e reprodução do original em nota de rodapé.

A partir da década de 1990, o governo de Taiwan desenvolveu ações visando melhorar a educação infantil isso é perceptível na legislação. A mudança se deu no conjunto de reformas do país que visava a sua modernização, nesse contexto a educação

---

<sup>1</sup> Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Pedagogia, orientado pela Profa. Ms. Eliana Cláudia Navarro Koepsel.

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

infantil foi reconhecida como fator primordial, na contribuição para a ocorrência desse desenvolvimento. Assim, esse nível de ensino passa a ser de responsabilidade da educação, as discussões se voltam para as necessidades do cuidar e do educar.

O estudo em questão considera a especificidade da política chinesa, questionamos se as mudanças na organização da educação para infância atendem as recomendações internacionais.

Para atender os objetivos da pesquisa, inicialmente retomamos a história de Taiwan, investigamos nos textos representativos de agências internacionais que traçam recomendações para a educação, apresentamos alguns aspectos do seu sistema educacional Taiwan, na sequência buscamos apreender na legislação e em documentos normativos a organização do sistema educacional da República da China. Nesses textos apreendemos os elementos da reforma empreendida nos anos 1990. Por fim, buscamos estabelecer uma correspondência entre as recomendações internacionais e a reforma empreendida Taiwan.

## **1. Taiwan: um pouco da sua história**

Hoje Taiwan se orgulha de ter se transformado de uma ilha subdesenvolvida e agrícola para uma potência econômica, que fabrica e exporta os principais produtores de bens de alta tecnologia. Segundo informação do governo da República da China, Taiwan se tornou um fornecedor e o maior investidor estrangeiro, especialmente na Ásia, e hoje possui uma das maiores economias capitalistas do mundo. É classificada a décima terceira potência comercial maior do mundo e sua população desfruta o mais alto padrão de vida na Ásia.

A História de Taiwan remonta a aproximadamente há 5000 anos. Ela pertenceu a China até 1885, foi cedida ao Japão e depois da Segunda Guerra Mundial voltou a incorporar-se à China. Em 1949 foi convertida em sede do governo nacionalista chinês. Recebeu ajuda financeira dos Estados Unidos, na recuperação da economia e na construção de infraestrutura, assim estudar Taiwan significa entender também a diplomacia triangular entre China- Estados Unidos- Taiwan. Vamos com calma...

As grandes navegações europeias que marcaram o século XVI e XVII em busca de mercadorias no oriente fez com que Taiwan tornasse um porto de circulação de mercadorias, devido a localização territorial favorável também se tornou uma base comercial de produtos chineses para os países europeus ou asiáticos.

Com a tendência imperialista, os países fortes buscavam conquistar mais territórios na perspectiva de aumentar seu poder econômico e recursos para o crescimento do país. Assim como a Inglaterra e a França, por exemplo, que tinham interesse com a colonização, o Japão no século XIX buscou colonizar os países asiáticos, conseguiu colonizar a maioria dos territórios chineses, principalmente a região Taiwan que produzia açúcar e arroz. Foi aproveitado pelos japoneses para enriquecer a economia do país e utilizado como base militar para facilitar a expansão territorial dos japoneses derrotando outros países asiáticos ( YIN, 2003).

Assim, Taiwan foi colonizado pelo Japão por cinquenta anos. Mesmo de posse dos japoneses, o povo de Taiwan ainda procurava manter a cultura, os valores, a história e os sentimentos ligados à China.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial Japão derrotado devolveu os territórios colonizados à China, foi neste período que teve início uma disputa de poder entre dois partidos políticos no comando do país. O partido comunista venceu e conseguiu o privilégio em ser o único partido legítimo, eliminando os demais grupos políticos. Com isso, o partido nacionalista fugiu para Taiwan e tomou essa região como uma nova partida para reconquistar a China.

Segundo Yu e Xiao (2006) a guerra na Coreia em 1950 fez com que os Estados Unidos notassem a importância de Taiwan, a China comunista se aproximava da União Soviética e essa relação era uma ameaça aos Estados Unidos. Para impedir e combater as forças soviéticas o governo americano formou um grupo de defesa dos países do leste asiático e Taiwan foi um dos países que teve a garantia de sobrevivência e a proteção territorial com apoio dos americanos e longe das ameaças dos comunistas chineses.

Para fortalecer essa defesa contra União Soviética, os americanos começaram investir, interferir nas questões militares, políticas, econômicas e sociais. Disseminou o pensamento liberal nos países do leste asiático e implantou o regime democrático em Taiwan.

Existe uma diplomacia triangular entre China-EUA-Taiwan, o estudioso Shu (2005, p. 90) esclarece que interesses complexos estão envolvidos nessas relações, dentre eles, menciona: “a política de balança de poder dos EUA na Ásia-Pacífico, a venda de armamentos norte-americanos à ‘ilha rebelde’, a polêmica construção do sistema antimíssil na região, a localização estratégica da ilha no Pacífico, e outros”.

Uehara e Souza (2009), em artigo publicado no Boletim Meridiano<sup>3</sup>, lembram que Taiwan é “uma ilha menor que o estado da Paraíba, tem sua inserção internacional influenciada, desde 1949, pela relação China-Estados Unidos” (UEHARA; SOUZA, 2009, p. 18 ).

Além disso, os pesquisadores salientam que durante a Segunda Guerra Mundial, “os comunistas assumiram o poder no continente o aliado dos EUA fugiu para Taiwan”. Cujo presidente da China era Chiang Kai-shek, considerado parceiro estratégico de Washington, na Ásia. A consequência foi que “até o início da década de 1970, apesar do governo de Pequim ter uma abrangência territorial muito superior a de Taipei, era o governo taiwanês que representava a China nos fóruns internacionais” (UEHARA; SOUZA, 2009, p. 18 ).

Shu (2005)<sup>4</sup> esclarece que em 1949, quando Mao Zedong proclamou a República Popular da China, ainda que o partido comunista não tivesse conquistado toda a China,

[...] provocou a fuga do restante dos exércitos do Guomindang para a ilha de Taiwan e, dessa forma, no cenário internacional passaram a existir duas Chinas, representadas de um lado pela República Popular da China (Beijing) e de outro, pela República da China (Taipei), que recebeu o apoio e a assistência norte-americana (SHU, 2005, p. 12).

Segundo Uehara e Souza (2009, p.18), em 1971, “a representação na Organização das Nações Unidas (ONU) foi transferida de Taiwan para a China e, com isso, a comunidade internacional de maneira geral passou a reconhecer o governo de Pequim como o ‘legítimo’ representante chinês”.

Já nos anos 1990 se inicia uma defesa por representação na ONU para Taiwan, para os pesquisadores;

[...] essas ações conduzem ao retorno das tensões e o PCC, sob a liderança de Jiang Zemin desde 1989, retoma a idéia da ‘*hard strategy*’. A China volta a defender políticas militares de persuasão para impor a unificação e os exercícios militares como os lançamentos de mísseis próximos a costa de Taiwan, por exemplo, em 1995 e 1996, (UEHARA; SOUZA, 2009, p. 19).

---

<sup>3</sup> O Boletim Meridiano 47 publica contribuições inéditas na forma de artigos científicos breves e resenhas de livros, cuja temática se situe na grande área de Relações Internacionais, e, mais particularmente, sobre Política Internacional, Política Externa, Economia Internacional, Instituições e Regimes Internacionais e sobre questões envolvendo áreas geográficas e países.

<sup>4</sup> em sua dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, UNESP - UNICAMP - PUC/SP, intitulada *A inserção internacional da China no pós-guerra fria*.

Nos dias atuais, observam Uehara e Souza (2009, p. 20), que existem algumas restrições quanto à forma, mas a tendência é de aproximação, os fatores considerados são: “a disposição do governo de Taiwan, o fortalecimento internacional e interesse da China e a debilidade relativa e interesse dos EUA”. Sobre a reunificação da ilha com a China continental afirma que é uma questão que envolve interesses complexos.

Uma série de reformas na área econômica, na educação e na política se constituíram em estratégias na busca da modernidade. Em relação à China, os números são sempre astronômicos. Pomar (2003), no livro *A revolução chinesa*, informa que, em 1949, 80% da população da China era analfabeta e em 2000 esse número havia baixado para 15%, “isso representava cerca de 150 milhões de pessoas sem saber ler nem escrever” (POMAR, 2003, p. 129).

Pomar (2003, p. 110) esclarece que entre 1978-1984 os reajustes foram generalizados:

Mas as reformas concentram-se na agricultura e na abertura ao exterior. Em 1984, numa perspectiva de trinta a cinquenta anos, começou um processo combinado de reformas urbana na indústria, comércio, finanças, serviços, educação, cultura, política, estrutura estatal, salários, preços etc. visando a um desenvolvimento relativamente rápido e, ao mesmo tempo, a estabilidade econômica, social e política, essas reforma sutilizaram combinações estratégicas como as que relacionam planejamento e mercado, propriedade social e propriedade privada, trabalho intenso e capital intenso, baixa e altas tecnologias, protecionismo e livre comércio e regulação desregulação.

Inferimos pelos dados apresentados o tamanho dos desafios da China. A partir dos anos 1980, o governo de Taiwan desenvolveu ações visando melhorar o atendimento da educação infantil. Esse nível de ensino passou a ser de responsabilidade da educação, as discussões se voltaram para as necessidades do cuidar e do educar. Essa mudança ocorreu em meio as reformas em outros níveis de ensino.

## **2. Conferências Internacionais da Educação**

Após a Segunda Guerra Mundial, o mundo estava vivendo o momento de tensão política, de sofrimento, de violência, de pobreza, de caos sociais e entrou em uma crise dos recursos para recuperar as economias dos países no pós-guerra. Com isso, no final da década de 1940, foram criadas duas principais organizações internacionais: a

primeira se refere à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) que tinha como objetivo contribuir para a paz e a segurança no mundo mediante o desenvolvimento da educação, da ciência e da cultura; e a segunda, representado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), que buscava assegurar o bem-estar infantil diante das situações difíceis, em busca do pleno desenvolvimento das crianças.

Os objetivos afirmados pela UNESCO são a promoção de conferências e projetos voltados para as questões da educação, do desenvolvimento, da urbanização, da juventude, da população, dos direitos humanos, da igualdade, da democracia e da paz. Valorizando e reconhecendo as diferenças para combater o racismo, a intolerância e o preconceito.

Nos anos de 1990 conferências sobre a educação foram realizadas, diagnósticas, estudos e relatórios organizados e divulgados pela UNESCO se constituíram subsídios para as políticas de educação em diversos países, como o Brasil, por exemplo, que foi signatário da Conferência Mundial de Educação de 1990, realizada em Jomtien. Dessa Conferência originou a “ Declaração Mundial de Educação Para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem”. Depois dessa conferência vieram outras. Para este trabalho escolhemos analisar a Declaração resultante dessa conferência por ser a introdutória de ideias que passaram a ser incorporadas nos países.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) foi fundado em 1946 com a intenção de ajudar as crianças que sofreram as consequências da Segunda Guerra mundial e tornou-se uma instituição em 1953. É uma organização mundial que se dedica especialmente às crianças que tem por finalidade promover os direitos das crianças na saúde, educação, nutrição, água e saneamento, seja em situações emergentes de guerra ou outras catástrofes. Ainda, desenvolve projetos para serem trabalhados com crianças e adolescentes em todas as regiões do mundo, contando com a colaboração dos governos nacionais e organizações não governamentais, no pleno desenvolvimento das crianças.

Taiwan não teve o reconhecimento de um país independente pela Organização das Nações Unidas (ONU) e também não foi aceito como um membro do UNICEF. O governo taiwanês dirige suas políticas educacionais infantis na perspectiva de avançar, aprimorar a qualidade de vida das crianças, defendendo seus direitos em qualquer âmbito social. No entanto, a Convenção sobre os direitos da criança do UNICEF, foi o primeiro marco histórico que uniu a participação de centenas países na preocupação do crescimento das crianças em toda região. Segundo Wang (2008);

O espírito básico do documento é chamar atenção das pessoas e da sociedade a fim de valorizar as necessidades das crianças, que por sua vez recebem o cuidado e o respeito das nações e da família. A parte da concretização das ações, em vez de consolidar a essência e o conteúdo sobre ‘o direito básico das crianças’, é necessário reforçar a cooperação internacional, a intervenção do governo e, principalmente, a família como ponto crucial. Os países participantes não somente se comprometem nas políticas com o direito de proteção das crianças, como devem, na parte da legislação, obedecer as regras da Convenção (WANG, 2008, p. 8 – tradução nossa).<sup>5</sup>

A partir do princípio da Convenção, os países participantes assumiram o compromisso em conjunto pela contribuição de um futuro melhor às crianças e assinaram o acordo de assegurar o direito a sobrevivência, a saúde, a nutrição, a educação e a proteção no desenvolvimento potencial das crianças.

Na publicação do UNICEF *Situação mundial da infância*, edição especial, ao fazer um balanço dos direitos na China considera que:

Ao longo das duas últimas décadas, a sobrevivência e o desenvolvimento da criança na China vem apresentando progressos com regularidade. De acordo com as mais recentes estatísticas interagências da ONU, a taxa de mortalidade de menores de 5 anos foi reduzida em 51% entre 1990 e 2007. Aproximadamente 94% dos bebês recebem imunização de rotina, índice medido pela cobertura de bebês que recebem três doses de vacinas contra difteria, pertússis e toxoide tetânico. E a porcentagem de bebês com baixo peso ao nascer – que em 2003 era de 3,7% – está entre as mais baixas do mundo (UNICEF, 2009, p. 22).

Em 1990 foi realizado o Encontro Mundial de Cúpula pela Criança em Nova Iorque, desse encontro resultou a “Declaração mundial sobre a sobrevivência, a proteção e o desenvolvimento das crianças, nos anos de 1990”. Os países participantes dessa conferência assumiram o compromisso em conjunto pela contribuição de um futuro melhor às crianças e assinaram o acordo de assegurar o direito a sobrevivência, a saúde, a nutrição, a educação e a proteção no total desenvolvimento do potencial das crianças.

Segundo Wang (2008) apesar de Taiwan não ser aceito com um país membro das organizações internacionais, porém, as condições em geral das crianças apresentam-

---

<sup>5</sup> 其基本精神旨在呼籲人類社會重視兒童的需求，及兒童應受國家及家庭的照顧及尊重。具體的實踐方面，除樹立「兒童基本權利」的實質內涵外，更強調國際合作、政府適時介入、及家庭為中心的重要性。參與締約之國家，不僅在政策上承諾對於兒童應給予特殊之保護，在法律上更應受公約的拘束。(WANG,2008, p.8)

se positivas principalmente na área da educação e da saúde. O que falta é organizar uma comissão sobre a convenção dos direitos da criança que regularize as informações das áreas diversas sobre as crianças, fazendo uma análise anual para acompanhar os avanços e os retrocessos para alcançar as metas estabelecidas nas convenções internacionais. Em 2003 é criado o departamento da criança que cuida e se responsabiliza pela vida social das crianças, contudo o trabalho de promover e proteger os direitos das crianças ainda é espalhado em vários setores, que muitas vezes passa a ser negligenciado, portanto, o país necessita uma plataforma integrada que centralize e contribua para estabelecer melhores condições de vida para as crianças, assegurando seus direitos de desenvolvimento.

### **2.1. Declaração Mundial de Educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**

Da Conferência Mundial de Educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, realizada em Jomtien, em março de 1990, que reuniu 193 países para discutir os problemas sociais que impediam o progresso educacional das crianças, dos adolescentes e dos adultos nas últimas décadas resultou a Declaração Mundial de Educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem que definiu metas e estratégias para estabelecer um tipo de educação para um novo século.

O artigo primeiro, dessa Declaração, reafirmou o direito de educação para todos. Proclamou que é preciso aproveitar as oportunidades educativas para desenvolver as aprendizagens básicas. As necessidades, segundo a Declaração, compreendem em “instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas)” (WCEFA, 1990, p. 04). Sendo os conteúdos básicos da aprendizagem “conhecimentos, habilidades, valores e atitudes”, os quais são considerados os conteúdos e aprendizagens necessárias

[...] para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo (WCEFA, 1990, p. 4).

Na sequência, existe uma defesa da satisfação dessas necessidades, por conferirem aos membros da sociedade:

[...] a possibilidade e, ao mesmo tempo, a responsabilidade de respeitar e desenvolver sua herança cultural, lingüística e espiritual, de promover a educação de outros, de defender a causa da justiça social, de proteger o meio-ambiente e de ser tolerante com os sistemas sociais, políticos e religiosos que difiram dos seus, assegurando respeito aos valores humanistas e aos direitos humanos comumente aceitos, bem como de trabalhar pela paz e pela solidariedade internacionais em um mundo interdependente (WCEFA, 1990, p. 4-5).

Nesse excerto, podemos perceber a ênfase para o desenvolvimento de ações comportamentais: de atitude frente à injustiça, de tolerância, de trabalho pela paz e pela solidariedade. Sobre a sociedade é caracterizada por interdependente.

No artigo segundo, sob o título de *expandir o enfoque*, compreende enfoque abrangente:

Universalizar o acesso à educação e promover a equidade; concentrar a atenção na aprendizagem; ampliar os meios e o raio de ação da educação básica; propiciar um ambiente adequado à aprendizagem; - fortalecer alianças (DM, 1990, p. 5-6).

A Declaração afirma que o alcance à educação estaria exigindo mais a validação do compromisso pela educação básica, reforça que é preciso que se tenha um enfoque abrangente, “capaz de ir além dos níveis atuais de recursos, das estruturas institucionais, dos currículos e dos sistemas convencionais de ensino, para construir sobre a base do que há de melhor nas práticas correntes” (WCEFA, 1990, p. 05). Alertam para as novas possibilidades que resultam do crescimento da informação, da capacidade de comunicação sem precedentes. Assinala que “devemos trabalhar estas possibilidades com criatividade e com a determinação de aumentar a sua eficácia” (WCEFA, 1990, p. 05).

No artigo quinto, *Ampliar os meios e o raio de ação da educação básica*, defende que se amplie e se redefina o alcance da educação básica, de forma que possa inclua entre outros aspectos que

A aprendizagem começa com o nascimento. Isto implica cuidados básicos e educação inicial na infância, proporcionados seja por meio de estratégias que envolvam as famílias e comunidades ou programas institucionais, como for mais apropriado (WCEFA, 1990, p. 08).

Entre os princípios e ações estabelecidas na Conferência inclui a valorização da educação infantil como uma questão primordial:

As pré-condições para a qualidade, equidade e eficácia da educação são construídas na primeira infância, sendo os cuidados básicos e as atividades de desenvolvimento e educação infantis condições essenciais para a consecução dos objetivos da educação básica (WCEFA, 1990, p. 23).

A educação infantil foi definida na Declaração como “condição fundamental para que se alcance as necessidades básicas de aprendizagem”.

## **2.2. Declaração mundial sobre a sobrevivência, a proteção e o desenvolvimento das crianças nos anos 90**

Essa Declaração mundial se encontra dividida em cinco temas: 1) o desafio; 2) a oportunidade; 3) a tarefa; 4) o compromisso e 5) próximos passos. Após a afirmação de compromisso na luta para que as crianças tenham uma vida melhor, a Declaração afirma o que entende por criança:

A criança é inocente, vulnerável e dependente. Também é curiosa, ativa e cheia de esperança. Seu universo deve ser de alegria e paz, de brincadeiras, de aprendizagem e crescimento. Seu futuro deve ser moldado pela harmonia e pela cooperação. Seu desenvolvimento deve transcorrer à medida que amplia suas perspectivas e adquire novas experiências (DECLARAÇÃO MUNDIAL, 1990, p. 1).

Reconhece, na sequência, que essa não é uma realidade para muitas crianças. Em decorrência firma quais são os desafios que se deve enfrentar, aos quais se destaca o 4, 5 e 6:

4 - Todos os dias um número incontável de crianças no mundo inteiro estão expostas a perigos que dificultam seu crescimento e seu desenvolvimento. Elas sofrem profundamente, vitimadas pela guerra e pela violência, pela discriminação racial, pelo ‘apartheid’, pela agressão, pelas ocupações e anexações estrangeiras; como crianças refugiadas, forçadas a abandonar seus lares e suas raízes; como deficientes; ou como vítimas da negligência, da crueldade e da exploração.

5 - Todos os dias, milhões de crianças sofrem os flagelos da pobreza e da crise econômica - da fome, da falta de um lar, de epidemias e de analfabetismo, da degradação do meio ambiente. Sofrem os graves efeitos dos problemas do endividamento externo e da estagnação do crescimento econômico sustentado e sustentável em muitos países em desenvolvimento, particularmente naqueles menos desenvolvidos.

6 - Todos os dias, 40.000 crianças morrem de desnutrição e de doenças, incluindo a AIDS, de falta de água limpa e saneamento adequado, e dos efeitos das drogas (DECLARAÇÃO MUNDIAL, 1990, p. 1).

Depois de mencionar os problemas sofridos pelas crianças decorrentes da pobreza, da crise econômica, do analfabetismo, da desnutrição, das doenças, da falta de água limpa e saneamento, demarca “a oportunidade” tendo em vista que juntas as nações têm meios e conhecimentos para “proteger a vida e minimizar enormemente o sofrimento da criança, para promover o total desenvolvimento do seu potencial humano, e para conscientizá-la de suas necessidades, de seus direitos e de suas oportunidades” (DECLARAÇÃO MUNDIAL, 1990, p. 1).

Diante dessas novas oportunidades que surgem são elencadas as tarefas: melhorar as condições de saúde e de nutrição; “dar maior proteção, cuidado e apoio às crianças deficientes, assim como a outras crianças que vivem em circunstâncias particularmente difíceis”; fortalecer o papel desempenhado pela mulher; proporcionar educação básica e alfabetização para todos; promover a maternidade sem riscos; a família deve receber toda a proteção e a assistência necessárias; “devem ser preparadas para uma vida responsável dentro de uma sociedade livre. Desde a mais tenra idade, devem ser incentivadas a participar da vida cultural da sociedade em que vivem” e assegurar ou reativar o crescimento e o desenvolvimento econômico sustentado e sustentáveis em todos os países (DECLARAÇÃO MUNDIAL, 1990, p. 1).

Firma-se o compromisso com uma ação política que compeenda as ações citadas. Declara que a criança deve ser a mais alta prioridade e comprometem os países em cumprir um programa de dez pontos para a proteção da criança e para a melhoria de sua condição de vida. Resumidamente são os pontos firmados:

Trabalhar para promover o mais rapidamente possível a ratificação e a implementação da Convenção sobre os Direitos da Criança; realizar um esforço concentrado de ação em níveis nacional e internacional para melhorar as condições de saúde da criança (atendimento pré-natal, o fornecimento de água limpa e o acesso universal ao saneamento básico); lutar por condições mais favoráveis de crescimento e de desenvolvimento da criança (erradicar a fome, a desnutrição e a inanição); fortalecer o papel e a condição da mulher, o planejamento familiar, o aleitamento materno e a maternidade sem riscos; valorizar o papel da família como responsável pela criança; desenvolver programas de redução do analfabetismo, preparar a criança para o trabalho produtivo e para as oportunidades de aprendizagem para toda a vida (educação profissionalizante); Esmerar pela proteção especial às crianças trabalhadoras, e pela abolição do trabalho infantil ilegal; proteger a criança do flagelo da guerra;

trabalhar por medidas comuns de proteção ao meio ambiente; combater à pobreza. ( DECLARAÇÃO MUNDIAL, 1990, p. 1).

Complementa no final dos dez compromissos o que é preciso fazer:

Isto exige a transferência de recursos adicionais adequados aos países em desenvolvimento, assim como melhores termos de comercialização, maior liberalização do comércio, e medidas para reduzir a dívida. Isto também implica medidas de ajuste estrutural que promovam o crescimento econômico mundial, em especial nos países em desenvolvimento, assegurando o bem-estar dos setores mais vulneráveis da população, particularmente das crianças (DECLARAÇÃO MUNDIAL, 1990, p. 1).

Para finalizar informam quais são os próximos passos: aceitar o desafio, empreender ações, buscar parceiros para o desafio, buscar apoio das Nações Unidas e outras organizações internacionais e regionais, “adotar e implementar um Plano de Ação como base para empreendimentos nacionais e internacionais mais específicos” (DECLARAÇÃO MUNDIAL, 1990, p. 1).

### **3. Breve retomada da organização do sistema educacional infantil de Taiwan**

A educação pré-escolar de Taiwan é atualmente dividida em duas abrangências, na primeira, encontram-se as creches, que são do sistema de previdência social e é de responsabilidade do Ministério do Interior<sup>6</sup>, a segunda são as pré-escolas (jardim de infância). Elas atendem crianças de quatro a seis anos, sendo da esfera do sistema educacional e de responsabilidade do Ministério da Educação.

Segundo Cheng (2006) as duas abrangências apresentam as mesmas características de funcionamento, material didático bem semelhantes, porém, o jardim de infância carrega a ideia de universalizar a oportunidade educacional garantida pelo regime educacional nacional. Já a creche se refere ao resultado da lei de bem-estar infantil, é um serviço social para ajudar as famílias carentes ou trabalhadores no cuidado com as crianças (CHENG, 2006). A criação da creche e do jardim de infância surgiram em contextos histórico, político, econômico e social diferentes.

---

<sup>6</sup> Função do Ministério do Interior: Ministério do Interior da República da China, responsável pela administração do país, assuntos internos das mais altas autoridades. Atualmente, sua área de negócio é bastante extensa, inclui uma visão geral da população, propriedade da terra, a construção civil, o recrutamento, a religião, o bem-estar social, o sistema social do local, a segurança social, a prevenção e salvação dos desastres, entre outros, dedicando o direito dos povos e as instalações do país. Disponível em: (<http://www.moi.gov.tw/>).

A educação infantil foi incorporada em 1922 como um sistema informal no regime educacional do país. Em 1932, o ministério da educação divulgou diretrizes curriculares do jardim de infância, foi um começo para se considerar a educação infantil independente do ensino primário. Em 1943 foi instituído o estabelecimento do jardim de infância, definiu-se, a partir dessa promulgação, que a instituição poderia receber crianças de três anos de idade, embora, estivessem definidas as idades entre quatro a seis anos.

Em 1956, o Ministério da Educação de Taiwan denominou várias instituições públicas e privadas infantis de jardim de infância, com a finalidade de cuidar das crianças dos soldados, para que eles continuassem seus empregos produtivos. O objetivo era diminuir suas preocupações e despesas dessas famílias.

Nessa época, o jardim de infância público era anexado às escolas primárias, como não era considerada educação nacional obrigatória, as verbas do Estado foram destinadas somente às escolas primárias e depois repartidas uma parte para manter o funcionamento do jardim de infância.

Com a instalação de infraestrutura nacional, em 1953, houve a transição de uma sociedade agrária para sociedade industrial, cujo foco era voltado para o Sistema de Ensino Superior e Tecnologia de Ciência que contribuía para o desenvolvimento nacional. Já a política educacional infantil não tinha ainda definição.

O processo de transformação social levou as mulheres para o mercado de trabalho. Tal situação criou uma nova demanda, já que muitas mulheres não dispunham de condições para acompanhar as crianças, com isso foram surgindo várias instituições voltadas para ao atendimento dessa nova demanda, porém o número de instituições particulares ultrapassava as instituições públicas (WAN SHAN; MEI HUA; WAN JUN; ZI JUAN, 2007).

Na década de 1960, com os avanços econômicos e das construções de infraestruturas nacionais e dos setores industriais, melhorou a qualidade de vida dos homens. Na educação houve a efetivação do ensino nacional de nove anos, que por sua vez, representou 97% das matrículas de crianças nas escolas primárias. Como a ênfase do governo era investir a partir da educação primária ao curso profissionalizante, objetivou-se qualificar os sujeitos a trabalharem nas indústrias, com isso a educação infantil começou a ser priorizada.

Segundo Cheng (2006, p. 47), na década 1960, “o governo solicitou o programa de assistência do Fundo das Nações Unidas para a Infância” (UNICEF), em busca do

bem-estar infantil, no entanto esse programa definiu dez projetos a serem realizados como o centro de pesquisa dos profissionais que atuam na área da previdência social do bem-estar infantil, o serviço social que defende a saúde e higiene das crianças com a colaboração dos pais e das comunidades e outros projetos.

Assim, com a ajuda do UNICEF, o Estado conseguiu preencher a lacuna sobre os profissionais nas creches, porém esse programa e o subsídio foram cancelados em 1971 por causa da retirada do Estado como Membro do UNICEF. No entanto, mesmo sem o auxílio da organização internacional, o governo continuou mantendo o funcionamento das creches e alguns projetos voltados para a formação dos professores.

A partir de 1970 o governo iniciou uma série de exames para avaliar a formação dos professores que atuavam na educação infantil, também revisou os padrões curriculares da educação para a infância criados em 1953. De acordo com Hung (2007), esse documento ficou sem revisão por vinte anos. Essa postura revela que a política pública voltada à educação infantil não foi valorizada na prática. Isso quer dizer que, para autor, faltou dedicação das autoridades nas abordagens sobre as estruturas concretas e dos recursos humanos voltados para o jardim de infância.

No final de 1971 o governo iniciou a elaboração do esboço da Lei da Educação Infantil, com objetivo de estimular o desenvolvimento pleno das crianças e reforçando seu serviço administrativo. Em 1973 foi aprovada a lei do bem-estar infantil que garantiu seu estado político do país e a lei do parâmetro do estabelecimento das creches, que por sua vez, definia creche em duas partes: 1) o berçário que atendia criança de um mês até dois anos de idade e 2) outra unidade que atendia criança de dois a seis anos de idade. A partir da criação desta lei, ocorreram mais quatro correções para definir o sistema completo da previdência social. Em 2004, esta lei foi integrada a lei do bem-estar dos adolescentes que assegure o direito das crianças e dos adolescentes.

Em 1979 foi promulgada pelo ministério do interior a Didática Pedagógica das Creches, nesse documento ficou estabelecido que o objetivo da creche era auxiliar os pais no cuidado das crianças e na ampliação das suas experiências da vida. O que foi reforçado pela lei do parâmetro dos estabelecimentos das creches, que definiu os conteúdos da educação infantil, sendo eles: o cultivo dos hábitos; da vivência e da orientação por meio dos jogos; música; tarefa; história e paródia e, também, a educação sobre higiene pessoal e saúde.

Em relação aos berçários, a finalidade era cultivar o bom hábito dos bebês, o cuidado da saúde, o serviço de educá-los, promover projetos que estimulassem a

interação entre bebês e pais, a orientação familiar e outros serviços que contribuíssem no desenvolvimento pleno dos bebês (NORMAS PARA INFANTÁRIO, 1983).

Segundo Qiu (2005) com a proclamação da Lei de Educação Infantil de 1980, surgem projetos voltados à educação infantil. Como diretrizes curriculares para a educação infantil e os parâmetros da estrutura física da escola infantil, também foi criada uma instituição de nível superior, para formar profissionais para esse nível de ensino, e posteriormente, instituiu o curso de Pedagogia.

Em 1987 ocorreu um movimento em torno da solicitação da universalização da educação pré-escolar, bem como, para elevar a qualidade desse ensino nessa época, o país possuía mais instituições de ensino infantil privadas do que públicas.

Na década de 1990, o governo introduziu vários projetos como: o Plano de seis anos para melhorar o desenvolvimento das crianças pré-escolares; o Relatório da República Popular da China sobre as metas educacionais para século XXI; o Relatório da Reforma proposta pelo Conselho de Educação, com finalidade de aprimorar a qualidade de ensino da educação infantil e projetos direcionados para a formação dos professores. O governo iniciou o programa da emissão dos comprovantes<sup>7</sup> em todo país para financiar as crianças que completassem cinco anos de idade a frequentar o jardim de infância, seja nas instituições particulares ou públicas. A intenção era aliviar os gastos das famílias com a educação (QIU, 2005).

Assim, a partir da década de noventa, houve um avanço no aperfeiçoamento dos educadores que trabalhavam nas creches. Implantaram sistema de avaliações para medir o desempenho dos profissionais da área e o governo criou bolsas para ajudar as famílias carentes, instituiu o curso de Pedagogia nas universidades e instituto de tecnologia, a fim de formar educadores profissionais para atuar na educação infantil.

A partir de 2001, o ministério da educação inicia a discussão de integração da pré-escola e creche em uma única instituição infantil e estende a educação nacional gratuita a partir de cinco anos de idade, como uma forma de garantir o acesso à educação das crianças sem obrigatoriedade, ou seja, dependendo do critério dos pais.

Cheng (2006) explica que o desenvolvimento histórico das creches teve seu início como uma entidade filantrópica, depois se tornou em creche para atender as demandas da sociedade agrária e atualmente, como uma instituição que assume as funções de cuidar e educar as crianças. Tudo isso está vinculada a transformação da sociedade de Taiwan, que possibilitou valorizar a educação infantil gradualmente.

---

<sup>7</sup> Em inglês – voucher.

#### 4. Educação para a infância em Taiwan

As principais legislações educacionais, que demarcam os direitos de acesso a educação das crianças são: Constituição Nacional de República de China (Taiwan), a lei da educação infantil, a lei do bem-estar infantil e as diretrizes curriculares da educação infantil. Na sequência, passaremos a nos dedicar a essas legislações de Taiwan. Torna-se relevante esclarecer que os textos estão disponíveis em meio eletrônico, a tradução é nossa e o original está em nota de rodapé.

##### 4.1. Constituição Nacional de Taiwan

A Constituição Federal de Taiwan foi formulada em 1946, divulgada no início do ano seguinte e instituída no final de 1947. A Constituição possui catorze capítulos, com total de cento e setenta e cinco artigos que tratam dos conteúdos sobre os direitos dos povos, da assembleia nacional, da presidência, do poder executivo, legislativo e judiciário, a competência do governo central e das províncias e cidades, das eleições em geral, das políticas nacionais básicas que englobam a defesa nacional, a diplomacia, a economia nacional, a segurança social, a educação, a área de fronteira e a prática da alteração e da execução das leis constitucionais.

Na Constituição Federal de Taiwan, o artigo 21 define que o povo tem o direito e obrigação de receber a educação nacional<sup>8</sup>. Sendo esse direito confirmado no artigo 159 do capítulo XIII, o item quinto intitulado *A educação e a cultura*<sup>9</sup>, como direito igualitário<sup>10</sup>. O artigo 158 estabelece que a educação e a cultura devem desenvolver o espírito nacional, a autonomia, ética nacional, a saúde física, o saber científico e a habilidade da vida<sup>11</sup>.

O Artigo 159 define que a população nacional tem direito igualitário e a obrigação no acesso à educação. O Artigo 160 assegura que as crianças de seis aos doze anos de idade devem receber a educação básica de forma gratuita. O governo oferece materiais didáticos para famílias carentes. Para os que já passaram da idade escolar e não receberam educação básica obterem educação complementar de forma gratuita com auxílio do governo.

---

<sup>8</sup> 第 21 條: 人民有受國民教育之權利與義務。

<sup>9</sup> 教育文化

<sup>10</sup> 第 159 條: 國民受教育之機會, 一律平等。

<sup>11</sup> 第 158 條: 教育文化, 應發展國民之民族精神、自治精神、國民道德、健全體格、科學

Sobre a educação das crianças o artigo 160 define que:

[...] as crianças de seis a doze anos de idade recebem a educação básica de forma gratuita. O governo oferece materiais didáticos para famílias carentes. Para aquela que já passou da idade escolar e não recebeu educação básica, recebe a educação complementar de forma gratuita com a contribuição do governo na parte dos livros didáticos. (Tradução Nossa)<sup>12</sup>.

No artigo 161 encontramos a afirmação de que em todos os níveis do governo devem ampliar as bolsas do estudo, a fim de ajudar estudantes que não possuem condições financeiras a continuar tendo excelentes aprendizagens<sup>13</sup>.

No artigo 162 observamos que as instituições nacionais públicas ou privadas da educação e cultura devem ser supervisionadas pelas leis do País<sup>14</sup>.

O artigo 163 define que o país deve valorizar o desenvolvimento equilibrado da educação regional, promover a educação social, elevar a cultura do cidadão, a educação da região distante e pobre deve receber o subsídio do Estado. As empresas educativas e culturais devem ser subsidiadas e organizadas pelo governo central<sup>15</sup>.

Sobre o financiamento, o artigo 164 estabelece que o financiamento da educação, ciência e cultura, o governo central não pode ser menor do que 15% do seu orçamento total, das províncias não podem ser menores do que 25% do seu orçamento total, das cidades não podem ser menores do que 35% do seu orçamento total<sup>16</sup>.

Sobre os docentes, o artigo 165 estabelece que o país deva assegurar a vida dos educadores, cientistas e artistas e oferecer melhores tratamentos de acordo com o progresso da economia nacional<sup>17</sup>.

O artigo 166 preconiza que o Estado deve premiar a criação e invenção científica,

---

<sup>12</sup>第 160 條:六歲至十二歲之學齡兒童,一律受基本教育,免納學費。其貧苦者,由政府供給書籍。已逾學齡未受基本教育之國民,一律受補習教育,免納學費,其書籍亦由政府供給。

<sup>13</sup>第 161 條 各級政府應廣設獎學金名額,以扶助學行俱優無力升學之學生。

<sup>14</sup>第 162 條 全國公私立之教育文化機關,依法律受國家之監督。

<sup>15</sup>第 163 條 國家應注重各地區教育之均衡發展,並推行社會教育,以提高一般國民之文化水準,邊遠及貧瘠地區之教育文化經費,由國庫補助之。其重要之教育文化事業,得由中央辦理或補助之。

<sup>16</sup>第 164 條:教育、科學、文化之經費,在中央不得少於其預算總額百分之十五,在省不得少於其預算總額百分之二十五,在市縣不得少於其預算總額百分之三十五,其依法設置之教育文化基金及產業,應予以保障。

<sup>17</sup>第 165 條:國家應保障教育、科學、藝術工作者之生活,並依國民經濟之進展,隨時提高其待遇。

preservar a história, cultura, arte e monumentos da antiguidade<sup>18</sup> e dispõe no artigo 167 que:

Estado oferecerá prêmios ou subsídios para as empresas ou indivíduos:

1. Gestores educacionais nas empresas privadas que possuem bons resultados.
2. Gestores nacionais da educação que residem em outros países e que apresentam bons resultados.
3. Inventor das técnicas ou acadêmico.
4. Aquele que apresenta bom desempenho servindo na área da educação por muito tempo<sup>19</sup> (Tradução Nossa).

## 4.2. Lei da Educação Infantil

Taiwan possui uma lei específica para a educação infantil, voltada especificamente para as crianças a partir de quatro aos seis anos de idade. É uma lei que trata de questões da organização do ensino infantil como um todo. É constituída de vinte e cinco artigos, dos quais tratam sobre o objetivo da educação infantil, a organização e as responsabilidades das entidades, a formação dos funcionários, o financiamento da instituição privada e pública e o transporte escolar.

Nessa lei consta que o objetivo da educação é estimular o pleno desenvolvimento físico e mental das crianças. O artigo terceiro<sup>20</sup> define que a prática da

---

<sup>18</sup>第 166 條:國家應獎勵科學之發明與創造, 並保護有關歷史、文化、藝術之古蹟、古物。

<sup>19</sup>第 167 條:國家對於左列事業或個人, 予以獎勵或補助:

- 一、國內私人經營之教育事業成績優良者。
- 二、僑居國外國民之教育事業成績優良者。
- 三、於學術或技術有發明者。
- 四、四、從事教育久於其職而成績優良者。

<sup>20</sup>第 3 條

(教育目標)

幼稚教育之實施, 應以健康教育、生活教育及倫理教育為主, 並與家庭教育密切配合, 達成左列目標:

- 一、維護兒童身心健康。
- 二、養成兒童良好習慣。
- 三、充實兒童生活經驗。
- 四、增進兒童倫理觀念。
- 五、培養兒童合群習性。

educação infantil deve se pautar nas vivências, na ética e na participação da família a fim de alcançar seguintes metas: 1) preservar a saúde física e mental das crianças; 2) cultivar bons hábitos; 3) enriquecer as experiências da vida das crianças e 4) realçar os conceitos éticos das crianças e cultivar a convivência em grupo das crianças.

Quanto ao currículo consta que o mesmo deve ser definido pelo Ministério da Educação. No artigo quinto<sup>21</sup> firmam as condições para a abertura da escola infantil. Consta que o endereço da escola deve ser seguro e adequado, que o diretor e os professores devem ter a qualificação definida na lei, que o ensino privado deve arrecadar os fundos, com o objetivo de atender as necessidades da pré-escola e da infraestrutura. Os parâmetros são definidos pelo Ministério da Educação.

Ainda sobre a organização<sup>22</sup>, é demarcado que a classe de pré-escola não deve ultrapassar um número trinta crianças e devem ser divididas por faixa etária. As turmas possuem dois professores, sendo um auxiliar. O salário do professor auxiliar é definido pelo ministério da educação conciliando com os órgãos administrativos da área educacional e local.

O artigo 9<sup>23</sup> prescreve que diretor da pré-escola deve administrar os serviços da escola e assumir o ensino desta, deve ser eleito pela própria unidade, consta que deve ser uma pessoa competente para exercer este cargo. Na pré-escola criada pela instituição de formação de professores o diretor é selecionado pela própria unidade, seus dados são enviados, posteriormente para as autoridades educacionais local. Na pré-escola anexada

---

幼稚教育之課程標準，由教育部定之。

<sup>21</sup>第 5 條

( 設立標準 ) 幼稚園之設立應符合左列標準：

- 一、園址適當且確保安全。
- 二、園長及教師符合規定資格。
- 三、私立者應寬籌基金，其資產及經費來源，足供設園及發展之需要。
- 四、園舍、面積、保健、衛生、遊戲、工作、教學等設備符合幼稚園設備標準；其標準由教育部定之。

<sup>22</sup>第 8 條

幼稚園教學每班兒童不得超過三十人。

幼稚園兒童得按年齡分班，每班置教師二人，其中一人為導師。其導師費之發給，由教育部會商各地方主管教育行政機關另定之。

<sup>23</sup>第 9 條

( 組織 ) organização

幼稚園置園長一人，綜理園務，專任，得擔任本園教學。但學校、機關、團體附設之幼稚園園長，得由各該單位遴選合格人員兼任。

à escola primária pública o diretor é escolhido pelo diretor da escola primária e depois enviadas as referências para a principal agência executiva da educação.

O artigo 11<sup>24</sup> trata da contratação dos professores da pré-escola da província e do município, sendo que eles devem ser contratados pelo governo. Os professores da pré-escola estão subordinados a instituição da formação dos professores e são selecionados pelo diretor da instituição. Os professores da pré-escola, ligados à escola primária pública, são contratados pelas autoridades das agências da educação. Nas pré-escolas privadas os professores são contratados pelo próprio diretor da escola e depois enviados os documentos para a agência educacional local.

Sobre a qualificação exigida para exercer o cargo de diretor e professor o artigo 12<sup>25</sup> define que esses profissionais devem ser formados pela instituição de formação dos professores da educação infantil. É requisito a formação superior ou conclusão do ensino médio e cursadas algumas disciplinas sobre o regulamento da educação. Antes dessa lei, o registro dos professores e a seleção eram definidos pelo Ministério da Educação.

As definições quanto à aposentadoria, às pensões, os seguros e os benefícios do diretor, às avaliações de desempenho do diretor, dos professores e dos funcionários da pré-escola pública seguem a regulamentação das escolas primárias públicas.

### 4.3. Lei do bem-estar infantil

---

#### <sup>24</sup>第 11 條

直轄市、縣(市)政府設立之幼稚園，其教師由各該政府派任。  
師資培育機構附設之幼稚園，其教師由校長遴選合格人員聘任。  
公立國民小學附設之幼稚園，其教師由該主管教育行政機關遴選合格人員派任。私立幼稚園，其教師由園長遴選合格人員聘任，並報請所在地主管教育行政機關核備。

#### <sup>25</sup>第 12 條

(園長教師資格) 幼稚園園長、教師以由幼稚師資培育機構畢業者擔任為原則。但合於左列規定之一者，亦得擔任：

- 一、專科以上學校有關係、科畢業者。
  - 二、高級中等以上學校畢業，曾修習規定之教育學科及學分者。
  - 三、本法施行前，已依規定取得幼稚園園長、教師資格者。
- 幼稚園園長、教師之登記、檢定及選用辦法，由教育部定之。

Essa lei se destina as crianças com idade inferior a 12 anos de idade. Objetiva normatizar as condições para salvaguardar a saúde mental e física das crianças, promover o desenvolvimento da criança e garantir o bem-estar infantil.

O artigo terceiro<sup>26</sup> determina que os pais adotivos ou responsáveis pelas crianças devem ser responsáveis pelo cuidado. Contudo, todos os níveis de governo e as entidades públicas e privadas devem ajudar os pais biológicos, os pais adotivos ou responsáveis com a manutenção da saúde física e mental das crianças e promover o desenvolvimento adequado. A orientação, a proteção e a educação das crianças com necessidades especiais podem contar com a ajuda da previdência social.

O Ministério do Interior faz parte do governo central e as prefeituras são de responsabilidade dos municípios e províncias. Em termos de administração do governo central, o artigo sétimo<sup>27</sup> define as principais funções devem ser realizadas pela autoridade central como: definir as leis de proteção das crianças; estabelecer e fiscalizar os projetos de bem-estar infantil executados pelas localidades; desenvolver as pesquisas e os estudos experimentais voltados para bem-estar das crianças; criar bolsas e prêmios para incentivar os projetos dos serviços do bem-estar infantil; trabalhar com projetos que tratam sobre as questões da saúde, do desenvolvimento psicológico e da prevenção criminal; trabalhar com projetos de reconstrução das crianças com necessidades especiais; definir os regulamentos e treinar os profissionais que atuam nas unidades do

---

<sup>26</sup>第 三 條:父母、養父母或監護人對其兒童應負保育之責任。(各級政府及有關公私立機構、團體應協助兒童之父母、養父母或監護人,維護兒童身心健康與促進正常發展,對於需要指導、管教、保護、身心矯治與殘障重建之兒童,應提供社會服務與措施。)

<sup>27</sup>第 七 條 中央主管機關掌理左列事項:

- 一、兒童福利法規與政策之研擬事項。
- 二、地方兒童福利行政之監督與指導事項。
- 三、兒童福利工作之研究與實驗事項。
- 四、兒童福利事業之策劃與獎助及評鑑之規劃事項。
- 五、兒童心理衛生及犯罪預防之計畫事項。
- 六、特殊兒童輔導及殘障兒童重建之規劃事項。
- 七、兒童福利專業人員之規劃訓練事項。
- 八、兒童福利機構設置標準之審核事項。
- 九、國際兒童福利業務之聯繫與合作事項。
- 十、有關兒童福利法令之宣導及推廣事項。
- 十一、兒童之母語及母語文化教育事項。
- 十二、其他全國性兒童福利之策劃、委辦及督導事項。

bem-estar infantil; avaliar o estabelecimento das unidades do bem-estar infantil; a cooperação e o contato com as organizações internacionais; a orientação e a difusão da lei do bem-estar infantil; promover o ensino da língua materna e a cultura do local e supervisionar outros projetos nacionais do bem-estar infantil.

Já as autoridades competentes das províncias administram as seguintes questões<sup>28</sup>: supervisão e proteção das crianças, cumprimento dos benefícios das crianças dos municípios; promoção de projetos e implementações de serviços sociais às crianças e seus pais; aplicações de questões de saúde mental da criança; aconselhamentos e plano de implementação das questões de reconstrução das crianças especiais e das crianças portadoras de deficiência; as questões de formação profissional; estabelecem normas, inspeciona e supervisiona as agências de bem-estar da criança; planejam a proteção da criança; definem normas, revisão e supervisão relacionada ao aconselhamento das famílias de acolhimento; planejam e executam a educação do país.

As autoridades dos municípios são responsáveis pelas seguintes questões:<sup>29</sup> organização das questões de bem-estar da criança; das agências sobre as questões de formação dos profissionais para trabalhar com as crianças e supervisionam as agências de bem-estar infantil dos municípios.

---

<sup>28</sup>第 八 條 省(市)主管機關掌理左列事項：

- 一、縣(市)以下兒童福利行政之監督與指導事項。
- 二、兒童及其父母福利服務之策劃、推行事項。
- 三、兒童心理衛生之推行事項。
- 四、特殊兒童輔導及殘障兒童重建之計畫與實施事項。
- 五、兒童福利專業人員之訓練事項。
- 六、兒童福利機構設置標準之訂定與機構之檢查、監督事項。
- 七、兒童保護之規劃事項。
- 八、有關寄養家庭標準之訂定、審查及其有關之監督、輔導等事項。
- 九、有關親職教育之規劃及辦理事項。
- 十、其他全省(市)性之兒童福利事項。

<sup>29</sup>第 九 條 縣(市)主管機關掌理左列事項：

- 一、兒童福利機構之籌辦事項。
- 二、托兒機構保育人員訓練之舉辦事項。
- 三、兒童社會服務個案集中管理事項。
- 四、兒童狀況之調查、統計、分析及其指導事項。
- 五、勸導並協助生父認領非婚生子女事項。
- 六、兒童福利機構之監督事項。
- 七、其他全縣(市)性之兒童保護事項。

As autoridades competentes em todos os níveis de coordenação, pesquisa, análise, que promovem o bem-estar da criança devem ser definidas pela Comissão, sendo que as regras de organização são definidas pela autoridade central competente.

Quanto à fonte de financiamento, o artigo 12<sup>30</sup> define que em primeiro lugar advêm do orçamento de todos os níveis do governo e do fundo de previdência social e em segundo lugar, doações particulares ou em grupo, em terceiro o fundo de previdência infantil.

Quanto à formação, o artigo 11<sup>31</sup> preconiza que o governo deve formar os profissionais e regular essa formação. As qualificações dos profissionais do bem-estar da criança são definidas pela autoridade Central competente.

#### **4.4. Parâmetro Curricular de jardim de infância**

O Parâmetro Curricular de Jardim de Infância é de responsabilidade do Ministério de Educação da República da China, foi aprovado em agosto de 1929, o documento foi chamado de "padrões curriculares de jardim de infância permanente". Inicialmente era um currículo formal para a educação pré-escolar. Ao passar dois anos de execução de experiência, em outubro de 1932, foi retificado como Parâmetro Curricular de jardim de infância. Em julho de 1936 foi realizada uma nova emenda. Em novembro de 1953 houve a terceira correção do documento. Em decorrência das reformas gerais que se iniciava em outubro de 1974 ocorreu a quarta correção.

Em abril de 1981 houve uma explosão da era do conhecimento, a tendência mundial era buscar a orientação adequada para educar as crianças, cultivar os hábitos da vida e a transmissão de conhecimentos. Os pais trabalhavam e necessitavam dos jardins de infância para educar seus filhos, assim o Parâmetro Curricular sofreu sua quinta reformulação a fim de atender as demandas dos pais que se dedicavam ao trabalho o período integral. O Parâmetro Curricular de jardim de infância encontra-se dividido em três dimensões: 1) objetivo da educação, conteúdo escolar, execução em geral que

---

<sup>30</sup>第十二 條:兒童福利經費之來源如左:

- 一、各級政府年度預算及社會福利基金。
- 二、私人或團體捐贈。
- 三、兒童福利基金。

<sup>31</sup>第十一條:政府應培養兒童福利專業人員,並應定期舉行職前訓練及在職訓練。兒童福利專業人員之資格,由中央主管機關定之。

engloba a elaboração e a seleção dos conteúdos; 2) atividade de ensino e 3) avaliação do ensino que devem respeitar seguintes critérios: ressaltar a educação de vida como foco central em que busca o desenvolvimento pleno das crianças e que não deve adiantar ou fazer revisão dos conteúdos do ensino primário (ME<sup>32</sup>, 1987).

Os itens a serem trabalhados são: saúde, brincadeira, música, atividades, linguagens e conhecimentos gerais. Cada item possui os conteúdos, a didática particular, avaliações de comportamento e de aprendizagens dos alunos e as orientações voltadas aos educadores nas suas práticas. As metas definidas pelo documento buscam:

1. Cuidar da saúde física e segurança; desenvolver a alegria e a animação; cultivar os interesses, as curiosidades variáveis; obter bom hábito e comportamento; mostrar interesse pelos fenômenos sociais e naturais; participar ativamente nas atividades de raciocínio e resolução de problemas; ter um bom relacionamento com a família, professor e colegas; desenvolver a noção do certo e do errado; aprender a valorizar o caráter positivo dos outros e ter atitudes de solidariedade; adaptar a vida em coletivo e desenvolver o caráter independente e ativo nas atividades em grupo ( PCJI<sup>33</sup>, 1987, p.2 ).<sup>34</sup>

Vimos como a atenção e regulamentação para os cuidados e a educação da infância tiveram mais impulso no final dos anos 1980. Avistamos que a preocupação esteve voltada a estrutura, a definição do conteúdo e a formação do profissional que atua com as crianças. As metas estabelecidas foram a preservação da saúde física e mental das crianças; o cultivar de hábitos, o destaque dos conceitos éticos das crianças e o cultivo da convivência em grupo.

---

<sup>32</sup> No presente trabalho onde se lê ME, significa Ministério da Educação.

<sup>33</sup> No presente trabalho onde se lê PCJI, significa Parâmetro Curricular de Jardim de Infância.

<sup>34</sup> 一、關心自己的身體健康和安全。

二、表現活潑快樂。

三、具有多方面興趣。

四、具有良好生活習慣與態度。

五、對自然及社會現象表現關注與興趣。

六、喜歡參與創造思考和解決問題的活動。

七、能與家人、老師、友伴及他人保持良好關係。

八、具有是非善惡觀念。

九、學習欣賞別人的優點，並具有感謝、同情及關愛之心。

十、適應團體生活，並表現互助合作、樂群、獨立自主及自動自發之精神。

## **Considerações finais**

Ao analisar os princípios que orientam a política educacional para a infância em documentos representativos de política educacional de Taiwan, a Declaração Mundial de Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem e a Declaração Mundial Sobre a Sobrevivência, a Proteção e o Desenvolvimento das crianças nos anos 1990, percebemos que os documentos não são isolados.

O estudo da educação de Taiwan nos levou à China e sua relação com os Estados Unidos. Sabe-se que nos anos 1990 se inicia uma defesa por representação na ONU para Taiwan. São temas diferentes, mas que ajudam compreender o porquê a China e Taiwan são sensíveis às recomendações internacionais. Na busca de inserção internacional a China não pôde deixar de observar as normas do funcionamento da ordem mundial.

O Relatório da República Popular da China, de 1994, foi resultado da sétima Conferência Nacional de Educação que, por sua vez uma das pautas do relatório é estabelecer um sistema flexível na educação infantil e nortear as diretrizes educacionais que incentivem o pleno desenvolvimento como meta do século XXI. Este relatório demonstrou a participação ativa do governo pela reforma educacional. A partir de compromissos assumidos por um conjunto de países participantes das organizações internacionais, a entrada da China, no mercado mundial, impôs, ainda que adaptado aos interesses e condições específicos, o estabelecimento de um conjunto de reformas, entre as quais, a educação.

Em 1997 foi elaborado o Relatório da Reforma proposto pelo Conselho de Educação, fruto dos Relatórios e das pesquisas nacionais na área da educação, em consequência introduziram doze projetos de reforma educacional, dos quais a ampliação, a atenção e a propagação da educação infantil.

Vimos que a República Chinesa passou por uma série de reformas que visaram a modernização. A educação, nesse contexto, foi meio e condição de desenvolvimento da nação, seja como preparação para o trabalho, para a formatação de outra cultura, seja para o desenvolvimento científico. Nesse entendimento, a proteção da infância foi reconhecida como fator primordial, atende a interesses domésticos e externos.

## **7 Referências**

CHENG, C. 幼托整合政策對私人業者, 私立托教人員及家長之衝擊與因應. 2006. Disponível em: <[ethesys.lib.mcu.edu.tw/ETD-db/ETD-search/getfile?URN=etd...](http://ethesys.lib.mcu.edu.tw/ETD-db/ETD-search/getfile?URN=etd...)>. Acesso em: 14 abril 2010.

Hung. H. T. 台灣幼兒教育制度之發展 (1945- 2005). 2007. Disponível em: <[ethesys.lib.ccu.edu.tw/ETD-db/ETD-search/getfile?URN=etd...etd...](http://ethesys.lib.ccu.edu.tw/ETD-db/ETD-search/getfile?URN=etd...etd...)>. Acesso em :25 de março 2010.

Informação oficial governamental da República da China (Taiwan). Disponível em: <<http://info.gio.gov.tw>>. Acesso em: 20 janeiro 2010.

POMAR, W. **A Revolução Chinesa**. UNESP, São Paulo, 2003. Disponível em: <http://www.pitangui.uepg.br/nep/documentos/Declaracao%20-%20jomtien%20-%20tailandia.pdf> Acesso em: 20 maio 2010.

QIU, Z. P. 台灣幼兒教育與照顧政策之回顧與前瞻. 2005. Disponível em: <<http://www.mttu.edu.tw/aecer/meet91/>>. Acesso em: 22 março 2010.

SHU, S. S. S. **A inserção internacional da China no pós-guerra fria**. PUC/SP. 2005. Disponível em: <<http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/arquivos/defesas/silvana.pdf>> Acesso em: 5 março 2010.

UEHARA, A. R.; SOUZA, M. L. **Aproximação China-Taiwan: objetivo consensual, a forma não**. Meridiano 47 n. 108, jul. 2009. p. 18 a 20. Disponível em: <<http://meridiano47.files.wordpress.com/2010/05/v10n108a07.pdf>> Acesso em: 5 março 2010.

UNICEF. **Declaração mundial sobre a sobrevivência, a proteção e o desenvolvimento das crianças nos anos 90**. Disponível em: <<http://www.mp.ma.gov.br/site/centrosapoio/DirHumanos/decMundial.htm>>. Acesso em: 20 maio 2010.

WAN S.; MEI H.; WAN J.; ZI J. 社會變遷中幼教師專業生涯規劃發展之探討與研究. 2007. Disponível em: <[ec.hs.yzu.edu.tw/lmtai/docs/幼教師專業生涯規劃.doc](http://ec.hs.yzu.edu.tw/lmtai/docs/幼教師專業生涯規劃.doc)>. Acesso em: 22 de março 2010.

WCEFA- **Declaração mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, 1990**. Disponível em: <<http://www.interlegis.gov.br>>. Acesso em: 4 fev. 2004.

YIN, C. C. 冷戰前後台灣地緣政治. 2003. Disponível em: <http://thesis.lib.nccu.edu.tw/cgi-bin/cdrfb3/gswweb.cgi?o=dallcdr&i=sG0091922013.id>

Acesso em: 10 nov 2010.

YU, Y. L.; XIAO, S. Z. 國家利益觀的流動性: 從台灣與美國關係的演變論我國家利益觀之發展. 2006. Disponível em: [www.tpa.gov.tw/upfile/www/Pdf/論文集/民主的興起與變遷/t3.pdf](http://www.tpa.gov.tw/upfile/www/Pdf/論文集/民主的興起與變遷/t3.pdf) Acesso em: 10 nov 2010.

中華民國內政部(Ministério do Interior da República da China ( Taiwan). Disponível em: <<http://www.moi.gov.tw/>>. Acesso em: 10 maio 2010.

中華兒童發展教育協會. **Normas para infantário.** (Associação do desenvolvimento educacional das crianças chinesas). Disponível em: <<http://220.130.11.40/cceda/childedu-2.php>>. Acesso em: 16 março 2010.

中華民國教育報告書 (O RELATÓRIO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA), 1994. Disponível em: <[history.moe.gov.tw/important.asp?id=3](http://history.moe.gov.tw/important.asp?id=3)>. Acesso em: 20 março 2010.

教育改革行動方案 (O RELATÓRIO DA REFORMA PROPOSTO PELO CONSELHO DE EDUCAÇÃO), 1997. Disponível em: <[http://www.edu.tw/content.aspx?site\\_content\\_sn=1383](http://www.edu.tw/content.aspx?site_content_sn=1383)>. Acesso em: 25 março 2010.

幼稚園課程標準 ( Parâmetro Curricular de Jardim de Infância), 1987. Disponível em: [www.ece.moe.edu.tw/policy/course\\_standard.pdf](http://www.ece.moe.edu.tw/policy/course_standard.pdf) Acesso em: 25 março 2010.